



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000359531

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2054316-55.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é paciente RICHARD DOS SANTOS ROCHA e Impetrante DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 3ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LUIZ ANTONIO CARDOSO (Presidente) E AIRTON VIEIRA.

São Paulo, 11 de abril de 2025.

FREDDY LOURENÇO RUIZ COSTA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 9602

Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Criminal

Habeas Corpus nº 2054316-55.2025.8.26.0000

Paciente: Richard dos Santos Rocha

Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Comarca: São Paulo

HABEAS CORPUS - Prisão preventiva decretada por suposta prática do crime de tráfico de drogas (artigo 33, “caput”, da Lei nº 11.343/06). Insurgência contra a decretação da prisão preventiva do acusado. Alegação de ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar. Não configurada. Decisão suficientemente fundamentada. Presença do *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*. Observância do artigo 312 do Código de Processo Penal. Incabível a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.

Trata-se de *Habeas Corpus*, com requerimento de concessão liminar da medida, impetrado pela ilustre Defensora Pública, Dra. Karla Janaina Castro Y Rodriguez de Franca, sustentando que seu patrocinado, **RICHARD DOS SANTOS ROCHA**, sofre constrangimento ilegal, apontando como autoridade coatora a MMª. Juíza de Direito da Vara Plantão – Capital Criminal/SP.

Ressaltou o impetrante, em síntese, que o paciente foi preso em flagrante em 22/02/2025, pela suposta prática do crime previsto no artigo 33, “caput”, da Lei nº 11.343/2006, tendo sido a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva pela d. autoridade apontada como coatora.

Aduziu a impetrante a ausência de fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva e argumentou que ilações abstratas acerca da gravidade do delito não seriam suficientes para afastar o relaxamento da prisão.

Afirmou que o paciente é primário, com bons antecedentes, residência fixa, não houve violência no caso concreto e que a quantidade de

substâncias apreendidas não indica participação em tráfico de grande escala, circunstâncias estas que seriam suficientes para a concessão da liberdade provisória.

Dado o caráter excepcional da prisão preventiva, afirmou estarem preenchidas as condições legais necessárias à substituição da prisão por outras medidas cautelares, nos termos do artigo 319 do Código de Processo Penal.

Destacou, outrossim, que não estariam presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, a garantia da ordem pública e da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou a segurança da aplicação da lei penal.

Aduziu a impetrante que, em caso de eventual condenação, o regime a ser imposto deverá ser diverso do fechado e não afastada a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, revelando ofensa ao princípio da proporcionalidade.

Requeru, assim, liminarmente a imediata expedição de alvará de soltura em favor do paciente e, no mérito, a concessão definitiva da ordem para confirmar a liminar e reconhecer a ilegalidade da prisão preventiva, ou substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas do cárcere.

Em sede de liminar, indeferiu-se a medida vindicada (fls. 41/46).

A seguir, sobrevieram as informações judiciais (fls. 51/52).

A Douta Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pela denegação da ordem, conforme resp. parecer (fls. 57/61).

É o relatório.

Inicialmente, cumpre destacar que não é possível avaliar com profundidade, na estreita via do *habeas corpus*, a tipicidade da conduta do paciente e da sua culpabilidade ou, ainda, conjecturar acerca de eventual regime prisional a ser fixado, em caso de condenação, porquanto a análise das matérias requerer exame detido, confundindo-se as alegações com o próprio mérito da Ação Penal, que deverá ser apreciado oportunamente, sob o crivo do contraditório.

Posto isso, tem-se que a prisão antecipada foi determinada pelo Emérito Juízo de 1ª Instância, após requerimento da autoridade policial, que apontou, em tese, a prática do crime previsto no artigo 33, “caput”, da Lei nº 11.343/06, conforme, satisfatoriamente, descrito nos autos de comunicação da prisão em

flagrante e r. denúncia.

Consta dos autos que no dia 22 de fevereiro de 2025, por volta das 09h30min., à rua Frutos de Maio, 1, Vila Bela, nesta Capital, o paciente, **RICHARD DOS SANTOS ROCHA**, supostamente, previamente ajustado e com unidade de desígnios com indivíduo desconhecido, trazia consigo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para fins de entrega ao consumo de terceiros, 37 porções de *maconha* (massa líquida: 85,3 gramas), 89 porções de *cocaína* (massa líquida: 55,1 gramas) e 5 potes de *cocaína* na forma de “crack” (massa líquida: 0,64 gramas), substâncias entorpecentes causadoras de dependência física e psíquica.

Nesse passo, a presença de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva extraem-se do auto de prisão em flagrante (fls. 04 - dos autos principais), termos de depoimentos (fls. 11/12, 13 - dos autos principais), do boletim de ocorrência (fls. 07/10 - dos autos principais), auto de exibição e apreensão (fls. 28/29 - dos autos principais), laudos de constatação (fls. 18/22 - dos autos principais), que constatou que as substâncias apreendidas eram proibidas. Logo, presente o *fumus comissi delicti* para a manutenção da prisão preventiva.

Por sua vez, como bem destacado na r. decisão atacada, o *periculum libertatis* faz-se presente, consubstanciado na conveniência da instrução criminal e de eventual aplicação da lei penal.

Nesse prisma, ao contrário do alegado pela impetrante, as circunstâncias do fato, porquanto praticado, em plena luz do dia, sem timidez ou pejo às 09h30min. - a nocividade, diversidade e a razoável quantidade das drogas apreendidas, alcançando número maior de usuários com predileções específicas - 37 porções (trouxinhas) de *maconha*, 89 (papelotes) porções de *cocaína* e 5 pedras de *crack* - de grande poder degenerador da personalidade, de alto índice viciante, geradoras de invencíveis problemas na saúde pública, e de aptidão letal, para este momento processual, demonstram dolo intenso, incompatível com a restituição da liberdade ou com medida mais branda. As drogas não circulam na expressão do que foi apreendido sem maior proximidade de fonte produtora e de forte distribuição.

Relevante o dito pelos encarregados das diligências, esclarecendo as circunstâncias indicadoras de profissionalizada dedicação à disseminação do vício,

com apontado *animus lucrandi* crime equiparado ao hediondo. Esclareceram que estavam em patrulhamento quando, ao passarem pelo local dos fatos, um conhecido ponto de tráfico de drogas, notaram dois indivíduos em uma moto. Um deles desceu da moto com uma pochete vermelha nas mãos e, ao perceber a viatura policial, começou a correr, jogando a pochete no chão entre diversos lixos. Os policiais o perseguiram e, mais à frente, conseguiram abordar o indivíduo, enquanto o outro, que pilotava a moto, se evadiu para local desconhecido. O indivíduo abordado foi identificado como Richard Dos Santos Rocha. Após revista, nada de ilícito foi encontrado com ele. Todavia, dentro da pochete que ele carregava e havia jogado no chão, foram encontrados 37 invólucros contendo substância esverdeada, aparentemente maconha; 89 embalagens contendo um pó branco, aparentemente cocaína; e 5 potes com uma substância amarelada, aparentemente crack. Indagado pelos policiais militares, Richard Dos Santos Rocha, confirmou que estava ali realizando tráfico de drogas.

Assim, a segregação cautelar está amparada em elementos idôneos e plenamente fundamentada, não havendo como restituir ao paciente o pretendido *status libertatis*, eis que não se mostra adequado e suficiente à garantia da ordem pública.

Nesse sentido, destaca-se:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva somente se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, para a

garantia da ordem pública, notadamente a quantidade, diversidade e nocividade dos entorpecentes apreendidos em seu poder (24 porções de maconha, 12 pinos de cocaína e 05 pedras de crack e, ainda, uma certa quantidade de dinheiro, R\$ 54,00), tornando-se necessária a imposição da medida extrema (precedentes). Ademais, o caso em tela não decorreu de mera abordagem de rotina, mas de prévio monitoramento policial que culminou com a abordagem do recorrente e de um comparsa adolescente, que estava portando quantidade considerável de entorpecentes, embaladas separadamente, e que juntos estariam praticando o tráfico de entorpecentes.

III - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

*Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Recurso ordinário não provido. (RHC 88.149/RS, Rel. Ministro **FELIX FISCHER**, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 02/02/2018).*

Observa-se que a r. decisão atacada está embasada em elementos seguros e, ao contrário do alegado, encontra-se suficientemente fundamentada, e em total consonância com o artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, e artigo 312 do Código de Processo Penal, afastando-se, assim, qualquer alegação de nulidade.

A vida *ante acta* do paciente, conquanto não traga apontamentos de maior relevância - circunstância que não é franquia para a grave criminalidade -, não impede a manutenção da custódia provisória, notadamente quando presentes os requisitos e pressupostos ensejadores da medida extrema, como ocorre na espécie.

Nesse sentido, decisão desta Colenda Câmara de Direito Criminal:

DIREITO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TENTADO.

*ORDEM DENEGADA. I. Caso em Exame: Trata-se de Habeas Corpus impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO em favor de CLÁUDIA COSTA BARBOSA, em razão da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, alegando constrangimento ilegal. II. Questão em Discussão: Verificar a legalidade da prisão preventiva decretada, considerando a alegação de ausência dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal e a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas. III. Razões de Decidir: (i) Incompatível a análise de legítima defesa nesta via sumaríssima do writ, sem análise de prova, o que se reserva ao juiz natural, sob pena, ademais, deste E. Tribunal de Justiça incorrer em supressão de instância. (ii) A prisão preventiva é justificada pela presença de indícios de autoria e prova da materialidade, visando garantir a ordem pública. (iii) Condições pessoais favoráveis não são suficientes para revogar a prisão preventiva, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. IV. Dispositivo e Tese: ORDEM DENEGADA. Tese de julgamento: 1. A prisão preventiva é compatível com a presunção de inocência quando há indícios suficientes de autoria e materialidade. 2. Condições pessoais favoráveis não desconstituem a necessidade de prisão preventiva. V. Legislação e Jurisprudência relevantes citadas: Código Penal, art. 121, caput, c.c. art. 14, inciso II; Código de Processo Penal, art. 312, art. 318, art. 319, art. 282, § 6º, art. 313, § 2º; Constituição Federal, art. 93, inciso IX; STF, HC 67.707/RS, Rel. Min. Celso de Mello; STJ, HC nº 621.255, Relª. Minª. Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 02.03.2021; RHC 118.697/MG, Rel. Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, Quinta Turma, DJe 13/12/2019 (TJSP; Habeas Corpus Criminal 2022586-26.2025.8.26.0000; Relator: **Hugo Maranzano**; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Criminal; Foro Plantão - 00ª CJ - Capital - Vara Plantão - Capital Criminal; Data do Julgamento:*

06/03/2025; Data de Registro: 06/03/2025)

No mesmo sentido, decisão da Colenda 8ª Câmara de Direito Criminal:

*HABEAS CORPUS – TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS - artigo 33, caput, da Lei 11343/06 – Revogação da prisão preventiva - Pedido sustentado na alegação de que não estariam presentes os requisitos da custódia cautelar – Constrangimento ilegal não verificado – Requisitos da constrição cautelar se encontram presentes no caso em análise, sendo necessária a manutenção da prisão do paciente – Decisão em total consonância com os artigos 5º e 93, inciso IX, da Constituição Federal e artigo 312 e 313 do Código de Processo Penal– Crime com pena máxima superior a 04 anos - Inteligência do artigo 313, I, do CPP – Necessidade de garantia da ordem pública. **Condições pessoais favoráveis do paciente não garantem, por si só, a concessão da liberdade provisória – Prisão mantida.** Decisão de primeira instância bem fundamentada – Ordem denegada. (Habeas Corpus Criminal 2099459-43.2020.8.26.0000; Relator: **José Vitor Teixeira de Freitas**; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Criminal; Foro Central Criminal Barra Funda - 12ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 26/06/2020; Data de Registro: 26/06/2020, GN)*

Portanto, de rigor a manutenção da prisão preventiva também para a garantia da ordem pública, sendo certo que a concessão de medida mais branda, prevista no artigo 319 do Código de Processo Penal, não atenderia às finalidades mencionadas.

Assim, diante da ausência de demonstração de qualquer circunstância que pudesse conferir contornos de ilegalidade à r. decisão combatida, não há como justificar o reconhecimento de coação ilegal na segregação do paciente, nos termos do artigo 648 do Código de Processo Penal.

Eventuais discussões acerca da matéria arguida na impetração e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

seus desdobramentos, como dito, dizem respeito ao mérito, devendo ser suscitadas em sede própria. Aliás, a extensão dos argumentos e alegações exigem ampla e detida dilação probatória.

Diante de tais considerações e, em consonância com o parecer ministerial, **denega-se** a ordem.

FREDDY LOURENÇO RUIZ COSTA

Relator